

SOBRE O QUE É FALADO E O QUE É SILENCIADO: UMA ANÁLISE SOBRE A INCLUSÃO DO DEBATE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURRÍCULO DO ENSINO BÁSICO BRASILEIRO

WHAT IS SPOKEN AND WHAT IS SILENCED: ANALYSIS ABOUT THE INCLUSION OF GENDER AND SEXUALITY DEBATE IN THE CURRICULUM OF BRAZILIAN BASIC EDUCATION

Cassianne Campos Diniz¹; Daniel Mende Fernandes²

¹Mestra em Antropologia pela Universidade de Brasília - UnB. Tutora do Centro de Educação a Distância do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - CEAD/IFNMG, Montes Claros/MG

²Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília - UnB.

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar o processo histórico e social que acompanha a inclusão do debate sobre diversidade de gênero e sexual no currículo escolar no ensino básico. Para isso, analisou-se documentos, como o tema transversal denominado “Orientação Sexual” dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e o livro de conteúdo de um curso de formação de professores de “Gênero e Diversidade na Escola” (2009). A partir dessa análise, evidenciamos quais são os temas incluídos nos referidos documentos, lançando luz sobre o que é silenciado. Além do mais, revisitamos a repercussão do material produzido pelo Projeto Escola Sem Homofobia em 2011, o que nos possibilitou acrescentar à discussão do texto perspectivas morais que, muitas vezes, limitam a temática. Ao refletir sobre os processos histórico-sociais acerca do tema diversidade de gênero e sexual em contexto escolar apontou-se os desafios para uma educação que crie estratégias para falar com crianças e adolescentes sobre pensamentos diversos, sentimentos e desejos situados, e ações que nem sempre são identificadas como homogêneas em nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade. Gênero. Sexualidade. Contexto Escolar. Educação Brasileira.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to present the historical and social process that accompanies the inclusion of the debate about gender and sexual diversity in the school curriculum in basic education. For this, documents were analyzed, such as the cross-sectional theme entitled “Sexual Orientation” of the National Curriculum Parameters (1998) and the content book “Gender and Diversity at School” for the teacher training course (2009). From this analysis, we highlight what are the themes included in these documents, shedding light on what is silenced. In addition, we revisited the repercussion of the material produced by the School Without Homophobia Project in 2011, which allowed us to add to the discussion of the text moral perspectives that often limit the theme. Reflecting on the historical-social processes about the theme of gender and sexual diversity in the school context, we pointed out the challenges for an education that creates strategies to talk with children and adolescents about diverse thoughts, feelings and desires situated, and actions that are not always identified as homogeneous in our society.

KEYWORDS: Diversity. Gender. Sexuality. School Context. Brazilian Education.

INTRODUÇÃO

É comum para a mulher grávida ouvir perguntas de diferentes pessoas sobre qual é o sexo do bebê. Em alguns casos, a resposta da mãe determinará o tipo e a cor de um presente para a criança que está por vir. A naturalização com que esse tipo de fato ocorre é problematizada por várias teóricas feministas, entre elas Simone de Beauvoir, Margaret Mead, Joan Scott, Judith Butler e Guacira Lopes Louro. A partir de reflexões como *não se nasce mulher, torna-se* e a pluralização dos polos feminino e masculino, antes pensados apenas como dicotômicos, evidenciou-se a necessidade de repensar a maneira com que as crianças no Brasil estavam sendo ensinadas sobre ser menino e ser menina.

A educação de gênero e sexual foi, ordinariamente, imputada a família da criança. No entanto, mesmo que essa temática não compo- nha a grade curricular regular de uma escola, ela atravessa os ensinamentos e os diálogos realizados dentro desta. Destarte, a educação de gênero e sexual é pensada como parte do *currículo oculto*¹ da escola.

Desde a consolidação da Constituição Federal de 1988 é possível identificar vários esforços a fim de realizar reformas na educação básica brasileira. Entre várias iniciativas tais reformas buscavam contemplar a emergente interseção das relações de gênero e educação, que apontava a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas de educação para a redução da desigualdade de gênero no sistema público de ensino brasileiro.

A partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em dezembro de 1996 e, na seqüência, com a elaboração do Plano Nacional de Educação e dos Parâmetros Curriculares Nacionais a temática de educação de gênero e sexual começa a fazer parte do sistema educacional brasileiro. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) o tema “orientação sexual” é elaborado como um tema transversal, isto é, um tema que deve perpassar os saberes regulares da escola, como português, história, artes e ciências, por exemplo. Os temas transversais são temas que devem ser desenvolvidos (com níveis de aprofundamento diferenciados) desde o ensino fundamental (séries iniciais) até o ensino médio.

A formação específica dos professores e das professoras visando os chamados temas transversais é algo evidenciado nos PCNs como de extrema importância. Por isso, é possível ter acesso a materiais didáticos e informativos disponíveis aos professores do ensino básico brasileiro contemplando esses temas. Sugere-se continuamente que, estando qualificados e capacitados, é possível aos professores e às professoras realizarem as transformações necessárias na educação brasileira.

O texto do tema transversal “Orientação Sexual” dos PCNs e os materiais didáticos e informativos produzidos para os profissionais da educação fazem parte do processo histórico-social decorrente das lutas pela igualdade de gênero. Esse processo se forma na busca por respeito e valorização da diversidade sexual e de gênero, com o foco em políticas públicas que se ocupam com questões referentes, principalmente, à direitos humanos e saúde pública.

Tendo isso em vista, para pensar o processo histórico-social que acompanha a inclusão do debate da diversidade de gênero e sexual no currículo escolar do ensino básico brasileiro, é preciso analisar como o tema transversal “Orientação Sexual” dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) é inserido na formação dos profissionais da educação, análise esta que faremos a partir do livro de conteúdo de um curso de formação de professores em “Gênero e Diversidade na Escola” (2009). Na mesma linha de análise, focaremos a repercussão sobre o material produzido pelo Projeto Escola Sem Homofobia em 2011. Não obstante, não deixaremos de destacar os atuais embates na elaboração da Base Nacional Comum Curricular - BNCC e a inesperada Reforma do Ensino Médio. Pretendemos, assim, expor com a nossa análise como se configuram os processos histórico-sociais e a instituição de valores por meio da escolarização. Nesse sentido, se tornará evidente o privilegiar de alguns temas e o silenciamento de outros no processo de formação e nas diretrizes dos profissionais de educação.

ENSINO BRASILEIRO: REFAZIMENTOS

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 foi pensada como uma maneira de reformular a educação brasileira. Na fala de Darcy Ribeiro, na ocasião Senador, podemos perceber a expectativa em torno da aprovação da Lei. Darcy Ribeiro (1999) nos diz que:

¹ É chamado de currículo oculto os aspectos sociais que são tratados na escola sem que estejam previstos na grade curricular das séries.

A nossa lei (LDB) é uma lei avançada. E é uma lei ampla. É uma lei - o que é muito lindo - é uma lei descontente com a educação tal qual é. O terror que eu tinha de fazermos uma lei ingenuamente contente, que achasse que iria continuar com o ensino primário como está e ele teria solução. Não! Não teria solução nunca. A lei abre a oportunidade para refazê-lo (Grifo dos autores).

Refazer o ensino básico, capacitar professoras e professores, e fazer com que o Brasil se desenvolva não só economicamente, mas também educacionalmente, são os focos da fala de Darcy Ribeiro. A educação seria, nesse caso, um meio de fazer o Brasil avançar. Trazer para a atualidade reflexões sobre o texto pensado e escrito há mais de duas décadas só é possível se entendermos o contexto histórico e social em que o fato ocorreu.

Os arquivos que expomos e analisamos aqui fazem parte de um momento histórico que ainda está em processo. Esse momento projeta mudanças, reformas educacionais e uma expectativa de que a educação - e a escolarização - é capaz de possibilitar crescimento para o Brasil.

A reforma educacional brasileira que foi materializada na nova LDB/96 aconteceu concomitante à diversas outras situações sociais que demandavam atenção. Como, por exemplo, o crescimento e a força de movimentos sociais feministas no Brasil, que lutavam por políticas sociais que transformassem o quadro discriminatório e violento pelo qual passavam as mulheres brasileiras. Outro exemplo foi a visibilidade do vírus HIV/AIDS, com casos emblemáticos como o do cantor Cazuza, que sucumbiu à doença em 1990. Com essas temáticas na agenda brasileira é fácil imaginar que a confecção de Parâmetros Curriculares Nacionais não negligenciaria esses temas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são documentos publicados em 1997 e foram produzidos pelas Secretarias de Educação de Ensino Fundamental e Ensino Médio. Os textos desses documentos são apresentados como um “referencial de qualidade para a educação no Brasil”. As diretrizes apontadas pelos PCNs não se pretendem impositivas, mas uma sugestão do Estado. Haja vista, “é papel do Estado democrático investir na escola, para que ela prepare e instrumentalize crianças e jovens para o processo democrático, forçando o acesso à educação de qualidade para todos e às possibilidades de participação social” (Brasil, 1997A, p. 27). No entanto, é importante elucidar que mesmo que as diretrizes curriculares não tenham cará-

ter impositivo, o processo de escolarização das crianças e dos jovens o tem. A obrigatoriedade da escolaridade está prevista na LDB de 1996 para todo o ensino básico.

As propostas curriculares para o ensino fundamental dos PCNs estão organizadas por disciplinas e/ou áreas que são abordadas de modos distintos em cada um dos quatro ciclos em que se divide. As questões sociais relevantes, como o próprio texto dos PCNs diz, estão contempladas também. Essas questões são incorporadas às propostas curriculares como temas transversais. Isto é, os saberes desses temas devem ser cruzados com os saberes das áreas centrais do currículo. Os temas transversais são: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural.

De acordo com o texto dos PCNs, muitas questões sociais poderiam ser eleitas como temas transversais, uma vez que o objetivo da inclusão desses temas no currículo é dar conta do máximo possível de questões que envolvem múltiplos aspectos e diferentes dimensões da vida social. Nesse sentido, houve uma eleição desses temas baseada nos seguintes critérios: urgência social, abrangência nacional, possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e favorecer a compreensão da realidade e a participação social.

No que diz respeito ao tema transversal *Orientação Sexual* o documento nos diz que:

O trabalho de Orientação Sexual visa propiciar aos jovens a possibilidade do exercício de sua sexualidade de forma responsável e prazerosa. Seu desenvolvimento deve oferecer critérios para o discernimento de comportamentos ligados à sexualidade que demandam privacidade e intimidade, assim como reconhecimento das manifestações de sexualidade passíveis de serem expressas na escola. Propõem-se três eixos fundamentais para nortear a intervenção do professor: Corpo Humano, Relações de Gênero e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS (Brasil, 1997B, p. 28).

O acesso crescente às novas tecnologias como a internet amplia a circulação de informações que auxiliam os profissionais da educação na tarefa de trazer para a escola os debates sugeridos pelos temas transversais. Em uma busca pelos portais do governo no ciberespaço, principalmente no portal do Ministério da Educação, encontramos uma diversidade de materiais informativos e um material didático de formação de professoras e professores referentes aos assuntos incluídos no tema transversal *Orientação Sexual*. Os materiais foram produzidos entre

2006 e 2010, majoritariamente, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECAD) e com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do Governo Federal.

Os textos disponibilizados no portal do MEC têm caráter formativo e informativo. São cadernos temáticos e coleções denominadas *educação em direitos humanos e educação para todos*. O único material que localizamos que visa formação docente é o material didático do Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE). Este foi um curso oferecido pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) para docentes, preferencialmente, do Ensino Fundamental - séries finais. Ele foi formatado através da parceria entre as Secretarias de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e de Educação a Distância (SED) do Ministério da Educação (MEC); Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM); Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); British Council.

No referido material didático há uma recorrente expectativa - como há no texto dos PCNs - de que a professora (ou professor) seja um canal de mudança na escola. Entende-se que é “importante investir na sua (dos professores) qualificação, capacitando-os para que possam oferecer um ensino de qualidade, ou seja, um ensino mais relevante e significativo para os alunos” (Brasil, 1998, p. 38). O material do curso Gênero e Diversidade na Escola trabalha sobre a idéia da formação de docentes em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. O conteúdo do livro é dividido em quatro módulos, a saber: (1) Diversidade, (2) Gênero, (3) Sexualidade e Orientação Sexual e (4) Raça e Etnia. A parte que será analisada aqui exclui o módulo Raça e Etnia.

O Livro de Conteúdo busca oferecer uma iniciação às professoras e aos professores aos debates acerca das categorias em questão. Contém, além da bibliografia e a webbibliografia utilizada em seu conteúdo, sugestões de filmes, vídeos e sites que possibilitem ampliar o conhecimento e o debate acerca da formação desses profissionais. Ao desenvolver as categorias que dão nome aos módulos as autoras e autores do material didático trazem ao debate outras categorias importantes que contemplam os temas sugeridos nos PCNs, entre elas, etnocentrismo, discriminação, igualdade, identidade, feminismo, violência de gênero, homoafetividade, direitos reprodutivos e sexuais, homofobia e DST/AIDS.

Categorias ditas polêmicas nos PCNs são tratadas com parcimônia no livro, a sexualidade homoafetiva, por exemplo, é silenciada - trataremos mais detidamente desse assunto mais adiante. A atualização e tratamento dos assuntos “polêmicos” no currículo escolar do ensino básico são, em determinados casos, vistos como uma afronta aos valores da sociedade brasileira.

O processo social pelo qual passa a educação brasileira voltada para uma orientação sobre gênero e sexualidade evidencia um empenho por transformação, o lidar com “polêmicas” e os limites ou intolerâncias com os quais essa temática opera. As análises apontadas a seguir pretendem lançar luz sobre esse processo social, proporcionando reflexões e questionamentos sobre a instituição de valores referentes a gênero e sexualidade possíveis por meio da escolarização.

Quais são os valores que se pretende transmitir às crianças e aos jovens por meio da escolarização? O que é silenciado e o que é dito sobre gênero e sexualidade? No que diz respeito ao processo de escolarização previsto nos PCNs encontramos neles um fundamento com forte presença: a escola como espaço de *constituição da cidadania*. Contudo, não há no texto uma definição objetiva do que é cidadania, restando pistas sobre o que deve ser considerado formar estudantes como cidadãos e cidadãs. As pistas que identificamos nos contam sobre uma cidadania democrática em que é esperado que se refute ou reformule as “deformações dos conhecimentos, as imposições de crenças dogmáticas e a petrificação de valores. Os conteúdos escolares que são ensinados devem, portanto, estar em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico” (Brasil, 1997A, p. 33).

As condições fundamentais para o exercício da cidadania, nos termos dos PCNs, são: compreender a realidade e participar de relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas. Além do mais, parte-se do pressuposto que exercendo cidadania os estudantes participariam da construção de uma sociedade democrática e não excludente.

A responsabilidade em transmitir esses valores democráticos que possibilitam uma sociedade não excludente é delegada às professoras e professores. Formar esses profissionais para que sejam o canal de um processo de aprendizagem levando os jovens a incluir em seu cotidiano práticas de igualdade e respeito é o que norteia o material didático de formação de docentes em questão.

O material didático do curso de Gênero e Diversidade na Escola é apresentado pelo Estado, através da atribuição de autoria do texto inicial aos ministros envolvidos (a saber: da Educação, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e da Secretaria Especial de Políticas da Igualdade Racial), com a seguinte expectativa:

(...) esperamos que professoras, professores e demais profissionais da educação fortaleçam o papel que exercem de promotores/as da cultura de respeito a garantia dos direitos humanos, da equidade étnico-racial, de gênero e da valorização da diversidade, contribuindo para que a escola não seja um instrumento da reprodução de preconceitos, mas seja espaço de promoção e valorização das diversidades que enriquecem a sociedade brasileira (Secretaria de Políticas para Mulheres, 2009, p. 10).

A valorização da idéia de cidadania que está pontuada na introdução geral dos PCNs se estende aos temas transversais. O que vemos aqui é um destaque a promoção de conceitos como igualdade e respeito, criando, a nosso ver, uma expectativa sobre as práticas (ou comportamentos) dos docentes e discentes. Pensar as práticas comportamentais das pessoas, principalmente quando se espera que estas se modifiquem, remete aos argumentos de Norbert Elias (1993) e Philippe Ariès (1981) sobre o processo histórico-social e dinâmico das categorias sociais.

O que esses autores nos têm a dizer é que os conceitos e práticas não são estáveis, eles se modificam ao longo do tempo, evidenciando um processo contínuo. Elias (1993), no que se refere a “mudanças de atitudes nas relações entre os sexos”, fala sobre o sentimento de vergonha e como o padrão desse sentimento se modificou desde os *Colóquios de Erasmo* no século XVI até o padrão predominante nos séculos XIX e XX. Para Elias (idem) o sentimento de vergonha tem aumentado e mudado muito no processo de civilização; nos séculos XIX e XX, “mesmo entre adultos, tudo o que fosse relativo a vida sexual foi escondido ao máximo e removido para o fundo da cena. Esse o motivo por que foi possível, e também necessário, ocultar este lado da vida das crianças durante longo período” (idem, p. 178).

Nesse processo de mudança apontado por Elias (1993) há, na perspectiva apresentada por Ariès (1981), uma contradição que é fruto de um processo social. No capítulo denominado “Do despudor à inocência”, Ariès (1981) nos alerta para o processo pelo qual a criança passou,

sendo antes o adulto em miniatura e depois o anjo inocente. O processo de escolarização específico para o período da infância desenvolvido no século XVII preserva as crianças dos aspectos da sexualidade. A criança era considerada inocente, todavia era estimulada a continuar a ser racional. De acordo com Ariès (1981) a contradição se daria na noção de que a inocência se opõe a razão. Nesse sentido, o autor sugere que essa contradição só existe para nós, pessoas do século XX, que operamos com essas categorias a partir da história que vivenciamos.

Recorrer à Elias e Ariès intenciona não só apresentar argumentos de autores que apresentam a história como um processo social, mas trazer para a compreensão deste artigo o fato de que os textos aqui analisados são de tempos recentes, o que indica que o processo histórico-social está vigorando, com suas contradições latentes, reformulações, limites e tolerâncias. Portanto, a análise que será exposta a seguir pontuará e problematizará o tratamento dado ao tema transversal em foco - não julgará ou depreciará o esforço empreendido por esses educadores e pensadores de diversas áreas ao formatar um curso que introduza aos profissionais da educação a temática diversidade de gênero e sexual.

“ORIENTAÇÃO SEXUAL” E “GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA”: SOBRE O QUE SE FALA E SOBRE O QUE SE CALA?

Considerando as denominações utilizadas nos textos que pretendem utilizar a educação brasileira como condutora de mudanças nas formas de pensar e agir dos cidadãos brasileiros sobre gênero e sexualidade há de se ponderar os seus usos. Falar de “orientação sexual” atualmente denota outro tipo de discussão que não a proposta pelo uso desse termo nos PCNs, que sugere de maneira mais ampla uma orientação a estudantes acerca de sexualidade e o gênero. A orientação sexual, hoje, ainda é pensada como o termo para se referir a maneira com que as pessoas vivenciam sua sexualidade, podendo ser homossexual, heterossexual, bissexual, entre outras possibilidades. No entanto, na década de 1990, quando os PCNs foram formulados, a discussão em torno da mudança de termos que fizessem referência ao modo com que as pessoas vivenciam sua sexualidade também estava em momento inicial. A homossexualidade, até então homossexualismo, deixa de ter status de doença psiquiátrica e reflexões começam a ser

realizadas sobre se a homossexualidade poderia ou não ser considerada uma opção sexual, o que levou até o termo orientação sexual (ou condição sexual).

O curso de formação de professoras e professores “Gênero e Diversidade na Escola” (GDE) foi configurado na primeira década do século XXI. Contudo, o que essa denominação nos faz pensar, que tipo de discussão a categoria diversidade traz à tona? Na antropologia essa categoria diz respeito à noção de alteridade, isto é, de diferenças que estão pautadas em aspectos sociais e que demandam reflexões sociológicas. A reflexão que encontramos no material didático GDE sobre diversidade é bastante centrada em um exercício incompleto de relativização, em que as diferenças devem ser conhecidas e respeitadas, possibilitando a inclusão da diversidade, estabelecendo um patamar de igualdade entre todos.

Unir os apontamentos das diretrizes ao material de formação de docentes revela as atualizações feitas pelo último em relação ao primeiro, quais os silêncios e quais os pontos fortes que estão no jogo.

As diretrizes dos PCNs do tema transversal “Orientação Sexual”, como já foi mencionado anteriormente, sugere que o corpo seja pensado como matriz da sexualidade, que as diferenças de gênero e questões a respeito de sexismo sejam problematizadas em sala de aula e que a sexualidade seja vivenciada com prazer, de maneira saudável e sem o risco de DST/AIDS. O texto dos PCNs diz que:

A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e explicitar os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus (Brasil, 1997C, p. 83).

É evidente que o propiciar da escola é realizado através das atividades educativas em que as professoras e os professores devem explicar o conteúdo aos estudantes sem imputar à sua fala os seus próprios valores morais.

Corpo: matriz da sexualidade

O foco dos PCNs para o ensino fundamental (séries finais) está em aprofundar questões acerca do corpo que contemplem as modificações que o corpo passará, principalmente no que se refere ao aparelho reprodutor. Apesar de

sugerir que há desejo, esse desejo é vinculado à hormônios, puberdade e, em certos momentos, às tramas sociais que circundam a “primeira vez” de um adolescente.

Traçando um paralelo com o material didático para docentes verificaremos que o corpo também é apresentado como “mais do que uma coleção de órgãos. Ele é um todo integrado que sente, pensa e age” (Secretaria de Políticas para Mulheres, 2009, p. 120). O material didático segue a perspectiva construtivista, alertando sempre para o fato de que a conexão entre aspectos como comportamentos sexuais, identidade de gênero e orientação sexual não têm qualquer base “natural”, já fazem parte de uma construção social.

O texto do livro didático para docentes propõe a seguinte questão: “Os livros didáticos falam sobre **sexualidade** e afeto fora as abordagens sobre **DSTs, AIDS** e reprodução?”. De acordo com o levantamento realizado por Lionço e Diniz (2009) a resposta seria não, pois segundo as autoras “nos livros didáticos, a sexualidade só é possível de enunciação quando remete ao coito heterossexual e a compreensão de seus efeitos reprodutivos” (p. 11). A sexualidade não-heterossexual é silenciada, ocultada pelos livros didáticos para adolescentes e nos PCNs. No entanto, o curso GDE busca introduzir novas questões sobre sexualidade e atualizar as diretrizes dos PCNs sobre o mesmo tema.

Nesse sentido, Louro (2000) alerta para o fato de que quando se trata de sexualidade e gênero nas práticas escolares “o silêncio e o segredo significam uma tomada de posição ao lado de quem já detém a autoridade e a legitimidade. Quando se está numa guerra, a omissão sempre favorece o dominante” (idem, p. 57).

No material didático para docentes, casos são utilizados como recursos reflexivos, um desses casos do módulo sexualidade e orientação sexual conta que:

Situação 1 - Em 1999, Paulo, de 14 anos, escreveu para um jornal denunciando uma situação de preconceito na sua escola: estava sendo ameaçado de expulsão por ser gay. O problema foi deflagrado pelo fato de esse adolescente ter declarado seu amor por um colega, Marcelo. A história correu pelos corredores e Marcelo tornou-se alvo de gozação por parte dos colegas. Paulo passou a ser ameaçado e a direção convocou seu pai e sua mãe para pedir que o retirassem da escola a fim de evitar maiores constrangimentos a Marcelo e a seus familiares. Nas semanas seguintes, outras pessoas escreveram à redação do jornal contando: “eu também passei por isso” (Secretaria de Políticas para Mulheres, 2009, p. 171).

As reflexões sugeridas após a narração dessa situação enfatizam dois pontos: a expulsão como mensagem normatizadora e o medo que as crianças ou adolescentes “normais” possam ser contaminados. No final da unidade que traz essas reflexões os autores do material didático convidam a imaginar possíveis reações e encorajam dos docentes:

Se sua escola, por exemplo, adotasse um livro de Língua Portuguesa que contasse uma história de amor entre dois rapazes, qual reação você imagina que as/os estudantes teriam? E as mães e os pais? E os/as demais educadores e educadoras? A possibilidade de alguma reação negativa não deve ser motivo de inércia ou omissão que involuntariamente contribua para a perpetuação de um quadro grave de opressão (Secretaria de Políticas para Mulheres, 2009, p. 173-4).

RELAÇÕES DE GÊNERO

Os PCNs sugerem, em grande medida, a desconstrução dos estereótipos de gênero nas práticas escolares. Segundo o texto os docentes devem estar atentos à discriminação por causa do comportamento dos estudantes. Nessa mesma linha de raciocínio, pontuam que um menino não pode ser discriminado por gostar de balé ou uma menina não pode ser discriminada em atividades esportivas vistas como de meninos na aula de educação física. Para aula da geografia sugere-se que ao se falar de fluxo migratório no Brasil se faça uma análise sobre em que isso influencia os rearranjos familiares.

Outro tema que é lembrado é “o fato de os meninos geralmente possuírem maior força física que as meninas não deve possibilitar que ocorra situações de coerção, agressão ou abusos sexuais” (Brasil, 1997, p. 325). Há um alerta também em desvincular orientação sexual da identidade de gênero, pois há, de acordo com o texto dos PCNs, uma tendência de o menino mais delicado ser chamado de “bicha” ou uma menina mais agressiva ser vista como lésbica.

O tratamento dado, no material didático do curso GDE, ao conceito de gênero começa pelo seguinte pressuposto “os diferentes sistemas de gênero - masculino e feminino - e de formas de operar nas relações sociais de poder entre homens e mulheres são decorrência da cultura, e não de diferenças naturais instaladas nos corpos de homens e mulheres” (Secretaria de Políticas para Mulheres, 2009, p. 39). Nesse sentido, o gênero será tratado como a constru-

ção social do sexo anatômico. As expectativas dos familiares em torno do ser menino e ser menina são manifestadas desde a mais tenra idade. As diferenças são marcadas na forma de se vestir, nos brinquedos e no brincar das crianças. A proposta do material didático é justamente problematizar esses estereótipos e a hierarquia de gênero expressa em atitudes sexistas. Sobre as expectativas de comportamento social e sexual de meninos e meninas, destacamos o tratamento dado à virgindade (um tema considerado polêmico pelos PCNs).

- Mesmo que a virgindade não signifique mais o que foi em outras épocas, e que haja uma relativa aceitação social em ter relações sexuais antes do casamento - variável conforme os costumes e os valores locais - ainda assim exige-se da moça:
- Que se guarde o máximo possível, retardando a iniciação sexual;
- Que seu leque de experimentação sexual seja reduzido, não chegue próximo ao dos homens, para não serem chamadas de “galinhas”;
- Que não seja “atirada”, embora a mídia ressalte a sensualidade dos corpos femininos.
- Que tenha o casamento e a maternidade como horizonte próximo.
- Por outro lado, do rapaz exige-se:
- Que antecipe o máximo possível a primeira experiência sexual;
- O prazer de reunir múltiplas experiências sexuais, às vezes simultâneas;
- Um apetite sexual intenso como prova de sua virilidade, estimulada desde pequeno por homens próximos a ele quando apontam o corpo de mulheres na TV ou nas ruas;
- Certo desprezo pelo cultivo dos sentimentos amorosos (Secretaria de Políticas para Mulheres, 2009, p. 52).

As expectativas em torno da primeira experiência sexual para meninos e meninas são, claramente, guiadas pela expectativa de que essa experiência sexual seja heterossexual. O fato do comportamento de meninos e meninas não estarem em consonância com essas expectativas aponta para a possibilidade de discriminação. A manifestação apontada como mais

recorrente entre estudantes nas escolas são os apelidos capciosos e o escárnio daqueles que não se enquadram a “norma”.

O papel do movimento feminista (ligado a outros movimentos sociais) no combate ao sexismo e ao heterossexismo, e no enfrentamento à violência de gênero é destacado no texto do material didático. Ao problematizar a violência de gênero é dito que:

A despeito de todos os avanços e conquistas das mulheres na direção da equidade de gênero, persiste entre nós essa forma perversa de manifestação do poder masculino por meio da expressão da violência física, sexual ou psicológica, que agride, amedronta e submete não só as mulheres, mas também os homens que não se comportam segundo os rígidos padrões da masculinidade dominante (Secretaria de Políticas para Mulheres, 2009, p. 74).

Nesse sentido, há tanto no material didático quanto nos PCNs uma recorrente preocupação com a violência de gênero, que atingem mulheres (heterossexuais ou homossexuais) ou homens homossexuais. Ou seja, a violência de gênero tem como alvo a feminilidade, seja ela expressa no sexo biológico ou comportamento sexual ou identidade de gênero. Ao tratar sobre o tema, o material do GDE informa sobre a “Lei Maria da Penha” (Lei 11.340/2006) e outras formas de violência de gênero como lesbofobia, homofobia ou transfobia.

Prevenção às Doenças sexualmente transmissíveis/AIDS

Em nossa concepção esse bloco de conteúdo dos PCNs é o que potencializa a exposição do pudor ao se tratar da sexualidade e as diversas formas de vivenciá-la de maneira prazerosa e saudável. Nos PCNs há a sugestão de informações que devem ser trabalhadas entre os adolescentes a respeito da transmissão de DSTs e do vírus do HIV. Sobre o vírus HIV destaca-se que as experiências sexuais não são o único modo de transmitir o vírus, mas que esse pode ser transmitido por sangue e leite materno contaminados. Sugere que os docentes tenham sempre ao alcance luvas caso seja necessário entrar em contato com sangramentos e que conscientize os estudantes sobre a importância de usar camisinha. No entanto, as experiências sexuais são expressas através da sexualidade heterossexual. O sexo prazeroso é associado, nesse sentido, ao sexo heterossexual e sem risco de transmissão

de doenças ou de gravidez indesejada.

A unidade do material didático do curso GDE que trata de DST/AIDS tem como título “Maternidade, Paternidade, Contracepção e DST/AIDS” e é a única parte de todo o material que se detém em assuntos referentes a sexualidade que lida com prevenção de doenças. Depois de todo o discorrer do material sobre a mudança de mentalidade sobre as expectativas em torno da virgindade das meninas ou dos meninos, sobre o respeito da diversidade de orientação sexual que está presente na escola, chegamos há um ponto que é tratado com pudor e digno de vergonha, como já apontado através dos argumentos de Elias e Ariès acima. Desnudar corpos que vivem experiências sexuais em um curso de formação de docentes ainda parece necessária a parcimônia.

Limitar as informações sobre a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis (que pressupõe que as pessoas façam sexo) ao sugerir o uso de preservativos nas experiências sexuais, informar às meninas que elas não devem resistir em ter consigo um preservativo para que possam evitar não só as DST/AIDS, mas também uma gravidez indesejada, parece contradizer todo o esforço de dizer aos docentes que temos em nossas escolas uma diversidade de pessoas que podem viver sua sexualidade de diversas formas. Ao evidenciar, ao fim do curso, pudor ao falar de possibilidades sexuais e as diferentes maneiras de se prevenir de DST/AIDS, reforça-se o grande desafio em unir gênero e escola. É preocupante o silenciamento acerca de informações preventivas importantes em decorrência do pudor ao se falar sobre experiências sexuais que não sejam heterossexuais.

ENSINO BRASILEIRO: SILENCIAMENTOS A MAIS

Com os acontecimentos políticos dos últimos anos uma educação do gênero e da diversidade se tornou, novamente, somente um desafio. Não se trata mais de discutir o aperfeiçoamento do processo. Os debates para adequação de conceitos, práticas e a melhoria dos materiais didáticos não integram mais a agenda das políticas públicas do ensino. Do intrincado refazimento foi aprofundado o silenciamento.

Três acontecimentos são chaves nesse processo: a elaboração da Base Nacional Comum Curricular-BNCC, a repercussão dos materiais educativos do projeto Escola sem Homofobia e

a Reforma do Ensino Médio. O que esses acontecimentos podem nos dizer sobre a sexualidade não tolerada ou sobre o medo do contágio por essa sexualidade, muitas vezes, exposta como não natural? Para responder essas questões focaremos nossa análise na repercussão do material educativo do Escola sem Homofobia e mais adiante destacaremos como essas questões reverberaram na BNCC e na Reforma do Ensino Médio.

Parte da imprensa brasileira vinculou o nome “kit-gay”² ao material educativos que seria distribuído pelo Projeto Escola sem Homofobia apoiado pelo MEC/SECAD. O Projeto Escola sem Homofobia tem como objetivo:

contribuir para a implementação do Programa Brasil sem Homofobia pelo Ministério da Educação, através de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro³.

Um dos produtos que o projeto objetivava era criar um material educativo abordando aspectos da homo-lesbo-transfobia no ambiente escolar, direcionado para gestores, educadores e estudantes. E foi a concretização desse material que gerou inúmeras repercussões e debates calorosos acerca da sua distribuição ou não, culminando assim na suspensão da distribuição do material pela então presidenta Dilma Rousseff. Fazem parte do material um caderno, uma série de seis boletins (Boleshs), três audiovisuais com seus respectivos guias, um cartaz e cartas de apresentação para o gestor e para o docente.

Estava previsto no projeto que o material estaria acompanhado de uma capacitação de técnicos da educação e de representantes do movimento LGBT de todos os estados do país para a utilização apropriada do material junto à comunidade escolar. Contudo, o material foi estigmatizado por autoridades políticas

que trataram o material educativo como polêmico e inapropriado para os alunos do ensino médio - público alvo do projeto. A polêmica recaiu, principalmente, sobre os audiovisuais produzidos. Nos termos do projeto, os vídeos são: (1) *Boneca na mochila*: trata do drama de uma mãe que é chamada na escola de seu filho por este ter sido flagrado com uma boneca na mochila. (2) *Medo de quê?*: é um desenho animado que mostra a aflição de um garoto ao perceber que seus desejos não condizem com a expectativa de sua família e de seu melhor amigo. (3) *Torpedo*: fala sobre o início do namoro de duas meninas. (4) *Encontrando Bianca*: trata da descoberta e a busca de identidade de um travesti. (5) *Probabilidade*: fala sobre a compreensão de um menino sobre a sua bissexualidade.

Realizamos um levantamento no arquivo de notícias do primeiro semestre de 2011 publicadas na versão online da *Revista Veja*, que é vista no Brasil como uma revista alinhada, muitas vezes, a setores conservadores da política brasileira e a *Revista CartaCapital*, que pode ser considerada uma revista com postura crítica, alinhada, em alguns momentos, a esquerda política do país. As duas reportagens escolhidas para compor essa análise são “Dilma diz que discorda do kit-gay”, publicada em 26/05/2011 pelo site da revista *Veja* e “Dilma vetou ‘kit gay’ errado?”, publicada em 28/05/2011 pelo site da revista *CartaCapital*. O primeiro apontamento que pode ser feito sobre as duas reportagens é algo que já mostra uma diferença de tratamento do assunto pelas duas revistas. Em uma, kit-gay não é um termo que exige aspas, ele é incorporado ao discurso da reportagem; na outra o termo ‘kit gay’, com aspas, remete ao fato de que o termo pertence ao discurso daqueles que se opõem ao material.

A polêmica entorno do material que era direcionado a professoras e professores do ensino médio está, de acordo com a reportagem da *Veja*, expressa na fala da Presidenta Dilma Rousseff:

Dilma disse ainda que o governo não permitirá a realização de propaganda de opções sexuais, mas trabalhará no combate à descriminalização. “Não podemos interferir na vida privada das pessoas. Não haverá autorização para esse tipo de política de defesa de A, B, C ou D. Agora o governo pode sim fazer uma educação de que é necessário respeitar a diferença e que você não pode exercer práticas violentas aqueles que são diferentes de você”, afirmou.

2 A repercussão negativa foi inflada por grupos políticos ligados a vertentes conservadoras de igrejas evangélicas e da igreja católica e reverberada intensamente pela mídia empresarial. A tal ponto que se impôs uma agenda de enfrentamento às políticas públicas para a diversidade. Tal agenda culminou com o deputado e pastor evangélico Marco Feliciano (PSC-SP) na presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) no biênio 2013-2014 e foi fonte de argumentos e propaganda eleitoral para eleição do atual Presidente da República de extrema-direita Jair Messias Bolsonaro (PSL-RJ).

3 Projeto acessado em http://www.senado.gov.br/comissoes/CE/AP/AP20091021_Seminario_1_Painel_Pathfinder_CarlosLaudari.pdf - 26 de março de 2019.

No texto da reportagem da CartaCapital a fala da Presidenta é divulgada do seguinte modo:

Ao justificar o veto, Dilma afirmou que o governo não poderia fazer “propaganda de opções sexuais”. (...) Após o episódio (de ser acusada de ter vetado o ‘kit gay’ errado), Dilma Rousseff afirmou que deve ser criada uma comissão de avaliação na Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República para qualquer material que seja produzido por ministérios “que dialoguem com questões relativas a costumes”.

“Propaganda de opções sexuais”, “vida privada das pessoas”, “questões relativas a costumes” e “você não pode exercer práticas violentas aqueles que são diferentes de você”. Essas frases atribuídas pela imprensa à Presidenta Dilma são reflexos do silenciamento e ocultamento sobre homofobia e ao mesmo tempo sugere um acordo tácito de que mesmo não se falando sobre homofobia é esperado que haja respeito a diversidade.

As falas da presidenta nos levam a imaginar que há nesses discursos uma expectativa de que as pessoas se comportem dentro da norma, nesse caso heterossexual. No entanto, a norma esperada, de gêneros dicotômicos, possibilidade restrita de viver a sexualidade, que tem como fim o intercurso sexual para a procriação, não é a única maneira de lidar com categorias sociais como gênero e sexualidade. Os modos de pensar, sentir e agir são diversos, o que traz instabilidade às categorias e problematiza a maneira de educar as crianças e os adolescentes. Gênero e sexualidade são assuntos que não passarão despercebidos no espaço escolar, seja porque uma professora está grávida, porque a irmã de alguém tem uma namorada, um menino brinca com boneca ou porque a menina resolveu jogar futebol.

A urgência social falada nos PCNs ainda é veemente. Depois de formar professoras e professores quais serão os próximos passos? A resposta que parece óbvia é: educar as crianças e adolescentes. Contudo, é essa a tensão expressa através da repercussão do material educativo do projeto Escola sem Homofobia, pois ainda se espera que se preservem os estudantes de temas tão polêmicos.

Por fim, é importante destacar que o tal objetivo de “preservar os jovens” está em franco processo. Após o veto ao material do Projeto Escola sem Homofobia seguiu-se a elaboração da BNCC iniciado em junho de 2015. A princípio, amparada na legislação vigente, a BNCC foi elaborada com caráter de embasamento e direcionamento dos conteúdos esco-

lares com o objetivo do acesso equânime de todos os estudantes ao conhecimento. Assim a Base já estava prevista.

A primeira grande perda foi justamente a retirada dos termos sexualidade e gênero. Contudo, a avaliação era de que tendo em vista o caráter original da Base não haveria prejuízos na prática, pois os conteúdos referentes a tais conceitos constam nos PCNs e, hierarquicamente, são eles a normatização do que é ensinado. Contudo, uma virada se deu com a repentina, abrupta e antidemocrática Reforma do Ensino Médio, feita por decreto pelo então presidente Michel Temer. Sem consulta à colegiados, entidades, movimentos sociais, conselhos e à sociedade em geral o presidente decretou o novo ensino médio em setembro de 2016. Um forte golpe em todo o processo educacional inaugurado nos refazimentos, como disse Darcy Ribeiro.

No tocante às questões de gênero, diversidade e sexualidade os promotores da reforma estão longe dos silenciamentos por mal-entendidos conceituais ou estratégias políticas que visam a inserção gradual de temas tidos como polêmicos. Aqui o silenciamento se dá pelo banimento. Não se trata de debates acerca da pluralidade (e suas muitas e diversas vozes) vs dicotomia (e seus silêncios e reducionismos) dos polos feminino e masculino nas políticas públicas de gênero. Agora, por uma total inversão de valor da hierarquia das normas, tentam elevar o BNCC como um “supercurrículo” que terá o caráter reformulador, de cima para baixo, dos PCNs de todo país. Sendo o BNCC amplo e norteador - com gênero e sexualidade já suprimidos - e que define apenas Matemática e Português como disciplinas de conteúdo obrigatório, o que se espera com a reformulação dos PCNs é o total silenciamento sobre gênero, sexualidade e orientação sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação para a diversidade tem o intuito de propagar o respeito a diferença e promover a igualdade entre as pessoas independente de seu sexo, gênero ou de sua orientação sexual. O processo pelo qual vemos a educação básica no Brasil passar expõe o que é considerado conveniente para a educação de crianças e jovens e o que é considerado inadequado.

Refletir sobre respeito ou sobre igualdade parece ser algo que só se torna possível quando

há um tipo de “distância de segurança” de nossas crianças em relação a temas considerados polêmicos. Temas, estes, que são considerados polêmicos por confrontarem valores morais da sociedade em que vivemos. Esses perigos e riscos que parecem vir junto com a educação para a diversidade de gênero e sexual ocorrem por haver um contínuo tratamento de temas como homossexualidade e virgindade/sexo como inadequados para crianças ou, até mesmo, adolescentes.

Embora saibamos que as referidas questões suscitam divergências morais quando debatidas em contexto escolar, entendemos que para que exista educação pela diversidade - isto é, educação para o respeito ou, no mínimo, tolerância pela diferença - é primordial que professoras e professores estejam preparados para apresentar aos estudantes muito mais do que conceitos estáveis sobre o que é certo e errado no que diz respeito ao comportamento individual, visando, assim, propagar uma educação moral para o que é certo ou para o bom comportamento.

O “bom comportamento” em foco deve ser apresentar a existência das diferenças para que os estudantes consigam compreender as diferentes formas de vivenciar o ser, o estar e o sentir em sociedade. A partir dessa compreensão, eles poderão aprender muito mais do que sobre gênero e sexualidade, mas sobre respeito e justiça social, o que estimulará o exercício da cidadania, atendando um dos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/96.

A formação de docentes, pessoas adultas, possui seus silenciamentos. Como pensar a educação para a diversidade para crianças e adolescentes através de pessoas adultas que recebem uma formação - voltada para pessoas adultas - repleta de ocultamentos do que é visto como vergonhoso? Como que essas mesmas pessoas - que não precisariam ser poupadas dos intoleráveis da vida - vão responder às dúvidas de crianças e adolescentes se estas questões lhe causam constrangimento?

O que propomos neste artigo é refletir sobre esses constrangimentos que carregam em si uma urgência de tolerância, de respeito e de igualdade. É importante refletir sobre quais são os reais objetivos do processo de escolarização. Caso este tenha como objetivo somente a norma, como falar sobre o que não é visto como “normal”? Se o projeto educacional do Brasil visa, na dureza da lei, criar um espaço

de debate que leve a igualdade entre os seus cidadãos é preciso pensar em formas de trazer à tona temas que compõem a vida social de todas as pessoas. A dinâmica das categorias sociais não pode ser deixada no quarto escuro das práticas escolares. Talvez, o próximo passo ideal seria lançar luz sobre a disposição real para os refazimentos da educação almejados por Darcy Ribeiro, como citado logo nas primeiras páginas deste artigo.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC editora, 1981.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1997A.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1997B.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Orientação Sexual / Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1997C.
- Dilma vetou ‘kit gay’ errado? **Revista CartaCapital** - online, 28/05/2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/dilma-vetou-%E2%80%98kit-gay%E2%80%99-errado/>>. Acesso em: 02 de abril de 2013.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- LIONÇO, Tatina e DINIZ, Débora (orgs.) **Homofobia e Educação: Um desafio ao silêncio**. Brasília: LetrasLivres: Edunb, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, Gênero e Sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000.

MARQUES, Luciana. Dilma diz que discorda do kit-gay. **Revista Veja - online**, 26/05/2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/dilma-diz-que-discorda-do-kit-gay>>. Acesso em: 02 de abril de 2013.

RIBEIRO, Darcy, 1922-1997. Resume inovações LDB: educação. In: **Grandes momentos do parlamento brasileiro**. Brasília: Senado Federal, 1999. v. 2, CD-ROM 5. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/81939>>. Acesso em: 21 de março de 2013.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES. **Gênero e Diversidade na escola: Formação de Professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Livro de Conteúdo: Rio de Janeiro: CEPSC, 2009.